

Fronteiras difusas: o discurso biológico na produção do corpo-oposto¹

André Morando²

Rochele de Quadros Loguercio³

Aline Ferraz da Silva⁴

Resumo:

Nesse artigo, nos interessa conhecer como o saber científico construído pelas ciências biológicas produziram um sexo e um sujeito oposto, ou mais especificamente, como as práticas discursivas fundamentadas no determinismo biológico marcaram estruturas anatômicas como destino da feminilidade e masculinidade de um corpo. Para tal propósito investimos esforços para construir um cenário capaz de mostrar como a busca pela “verdadeira” diferença entre homens e mulheres marcou diferentes estruturas no corpo, em determinados momentos da história. A partir desse levantamento histórico, colocamos sob suspeita a universalidade ou a constante biológica da masculinidade e feminilidade do corpo.

Palavras-chave: Sexo; Anatomia; Discurso biológico; Feminino.

Diffuse frontiers: the biological discourse in the production of the opposite body

Abstract:

In this article, we are interested in knowing how the scientific knowledge constructed by the biological sciences produced a sex and an opposite subject, or more specifically, how the discursive practices based on biological determinism marked anatomical structures as destiny of

¹ Tratamos corpo-oposto, como aquele inventado a partir do corpo supostamente tido como o corpo normal, pleno e perfeito: o corpo do homem.

² Mestre em Educação em Ciências pela UFRGS. Especialista em Biologia Celular e Tecidual pela UFPR. Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas pela UNOESC.

³ Professora Doutora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é orientadora no Programa de Pós-Graduação em Química da UFRGS na linha de pesquisa Educação em Química. Coordena o Grupo de Pesquisa: Área de Educação em Química e o Núcleo de Estudos sobre Currículo e Saberes - NECS (UFRGS).

⁴ Graduada em Licenciatura Plena em História pela UFPEL, Mestre e Doutora pela mesma instituição. Atuou como coordenadora do Projeto de Extensão AfroIguagens (2013), no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) campus Porto Alegre, onde exerce o cargo de professora de História desde 2011. É uma das líderes do Grupo de Pesquisa Linguagem, Diferença e Mundo do Trabalho, vinculado ao IFRS. Atualmente é coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFRS-POA.

Textura	Canoas	v. 20 n.42	p. 223-243	jan/abr. 2018
---------	--------	------------	------------	---------------

the femininity and masculinity of a body. For this purpose we invested efforts to build a scenario capable of showing how the search for the "true" difference between men and women marked different structures in the body at certain moments in history. From this historical survey, we put under suspicion the universality or biological constant of the masculinity and femininity of the body.

Keywords: Sex; Anatomy; Biological discourse; Femininity.

ATO I – O DNA

Na década de 1950, mais especificamente em 1953, os cientistas James Watson e Francis Crick propuseram que no interior do núcleo celular estava o código da vida, nesse código um emaranhado de letras: A-T-C-G, quatro letras essas, que de maneira geral estruturavam tridimensionalmente, o que se conhece atualmente como DNA (ácido desoxirribonucleico). No entanto, somente na década de 1990, a ciência começou a organizar e tentar decifrar os possíveis códigos da vida. O Projeto Genoma Humano trazia consigo inúmeras promessas, tal como, a de desvendar os códigos nos genes das doenças como o câncer, o diabetes, e de grande número de males que afligem a humanidade. Algum tempo depois, a divulgação científica já anunciava especulações sobre genes do alcoolismo (CRABBE; BELKNAP; BUCK, 1994) e da homossexualidade (HARMER; LEVAY, 1994).

O DNA é uma molécula que contém uma série de informações; como a cor dos olhos e o tipo sanguíneo. No entanto, o DNA, mesmo dentro do nucleoplasma celular, não consegue fazer nada sozinho. Há um aparato gigantesco de moléculas sinalizadoras, ribossomos, ácidos ribonucleicos como o RNA mensageiro (mRNA) e o RNA transportador (tRNA), enzimas polimerases, helicases, que engendram o processo da expressão gênica, o que compreende desde a “leitura” do código até a “produção” de uma proteína.

Nesse momento, questiona-se: O que pode o DNA “do lado de fora” da célula ou do corpo?

ATO II – A CÉLULA

Os seres humanos possuem células dotadas de membranas plasmáticas responsáveis pela organização do interior da célula, mantendo-o separado e empacotado, tal característica, nomeia essas células como eucariontes, diferenciando os seres humanos, das bactérias, por exemplo, que possuem um citoplasma sem membranas, onde tudo é misturado (procariontes). Essa característica dos eucariontes de possuir o interior das suas células dividido por membranas ou empacotado permitiu que essas células ao longo da evolução pudessem se unir e dividir funções. O processo de formação do corpo inicia a partir de uma célula, que durante sucessivas duplicações formarão um pequeno embrião. Até certo momento do desenvolvimento embrionário (gastrulação), estas células não são musculares, nem nervosas, nem epiteliais, ou seja, são indiferenciadas e todas têm o mesmo potencial. O processo de diferenciação de uma célula se dá por estímulos químicos, físicos e ambientais, ou seja, uma célula após sofrer estes estímulos, inicia o processo de diferenciação e poderá se tornar, por exemplo, uma célula nervosa. Um neurônio terá o mesmo DNA que um eritrócito, porém jamais produzirá hemoglobina assim como uma hemácia é incapaz de realizar sinapses (comunicação entre células nervosas). Nessas condições é possível perceber que há características inatas advindas do código genético, assim como, o ambiente influencia a ponto de produzir uma célula diferente da outra, bem como, o conjunto de células semelhantes produzem um ambiente singular, tal como um órgão, o fígado, por exemplo. A célula descrita e ilustrada nos livros didáticos de biologia, cheia de esquemas que relacionam estruturas e funções, sobrevive somente naquelas páginas.

O que pode uma célula sem um ambiente?

ATO III – O CORPO

Ao pensar em todo o processo embrionário de uma célula-ovo até o nascimento do bebê, milhares de células estão diferenciadas e agrupadas em tecidos, formando órgãos que constituirão os sistemas, e por fim, um corpo. Anne Fausto-Sterling (2006), traz reflexões sobre as características inatas, como o sorriso, pois mesmo na condição intrauterina o bebê é capaz de sorrir. Ao nascer, o processo de mielinização ainda não está completo, nesse caso, o controle muscular da criança é instável e sorrir nessa fase da vida se dá por

reflexos advindos de impulsos neurais ainda descontrolados. A luz, um ruído, uma carícia ou qualquer outro estímulo que gere um impulso nervoso sobre o músculo zigomático maior, faz com que o bebê levante os cantinhos da boca.

Sorrir, portanto, é uma condição inata e genética (FAUSTO-STERLING, 2006), muito embora, não haja qualquer correlação entre o que se conhece socialmente sobre sorrir e o sorriso do bebê. A condição de sorrir será experimentada pela criança numa interação singular na cultura e não há como afirmar que mesmo em uma determinada cultura todos sorriem pelo mesmo motivo, pois, felicidade, nervosismo, medo ou até mesmo a timidez podem motivar um sorriso.

Como pensar o corpo fora da cultura⁵?

O SEXO É ANATOMIA E O GÊNERO É CULTURAL?

A palavra sexo tem etimologia no latim *seccare* (dividir ou seccionar). Platão ao tratar da formação da humanidade descreve na obra *O Banquete*, seres pré-humanos que possuíam seus corpos unidos como gêmeos siameses. Conhecidos como andróginos, esses seres ao desafiarem os deuses, receberam como punição a separação de seus corpos:

Tomado de compaixão, Zeus consegue outro expediente, e lhes muda o sexo para a frente - pois até então eles o tinham para fora, e geravam e reproduziam não um no outro, mas na terra, como as cigarras; pondo assim o sexo na frente deles fez com que através dele se processasse a geração um no outro, o macho na fêmea, pelo seguinte, para que no enlace, se fosse um homem a encontrar uma mulher, que ao mesmo tempo gerassem e se fosse constituindo a raça, mas se fosse um homem com um homem, que pelo menos houvesse saciedade em seu convívio e pudessem repousar, voltar ao trabalho e ocupar-se do resto da vida (PLATÃO, 1987, p.12).

⁵ Para Tomaz Tadeu da Silva, a cultura é, nessa concepção, um campo contestado de significação. O que está centralmente envolvido nesse jogo é a definição de identidade cultural e social dos diferentes grupos. (SILVA, 2014, p. 134)

Ao conhecer a obra percebe-se o sistema binário do gênero: os seres andróginos poderiam ser formados por dois homens ou duas mulheres ou um homem e uma mulher. Nessa construção, o sexo, enquanto ato, estava ligado à reprodução, aos prazeres e ao afeto. Essa multiplicidade de relações mantinha os corpos unidos.

Por meio dos corpos andróginos é possível perceber que o dispositivo que marcava o sujeito é o gênero e não o sexo anatômico. Essa perspectiva alinha-se a análise de Judith Butler que afirma; o sexo como efeito, ou seja, posterior ao gênero (SALIH, 2013). A autora Sara Salih (2013), cita um exemplo de Butler: em uma ultrassonografia, o médico ao identificar o sexo do bebê anuncia o gênero: - é uma menina! A partir desse momento, aquele corpo será marcado e interpelado pelos discursos que ditarão reiteradamente, como é ser uma menina, ou seja, se produz um corpo feminino e conseqüentemente uma conduta compulsória a partir da nomeação (SALIH, 2013).

Para além de Simone do Beauvoir (1980), para quem ninguém nasce homem ou mulher, mas o discurso os cria, seguimos a perspectiva foucautiana, na qual, já se nasce em um discurso. Nas palavras de Foucault (2000) “nada preexiste ao discurso”, ou seja, na atual norma *dosistema sexo/gênero*⁶ não há espaço nem condições existenciais para a conjunção aditiva /e/ no que se refere ao corpo-sexo. No entanto, se um indivíduo intersex, por exemplo, pudesse nascer fora do discurso da patologia, nos permitiria pensar como Anne Fausto-Sterling (2001), a natureza pode produzir mais de dois sexos. Dessa maneira, a política de dois sexos e as noções de masculino e feminino é advinda de práticas discursivas e se tornam vigentes na cultura. Para Fausto-Sterling (2001), a complexidade do sexo está para além das imposições científicas, mais especificamente, quando afirma que:

O sexo de um corpo é simplesmente complexo demais. Não existe o isso ou aquilo. Antes, existem nuances de diferença, [...] rotular alguém homem ou mulher é uma decisão social. Podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a

⁶O sistema sexo/gênero foi proposto pela antropóloga Gayle Rubin que o define por “uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p. 3).

decisão, mas só nossas crenças sobre o gênero – e não a ciência – podem definir nosso sexo. Além disso, nossas crenças sobre o gênero também afetam o tipo de conhecimento que os cientistas produzem sobre o sexo. (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 15)

Os corpos intersexuais são exemplos da insuficiência das bases biologizantes do sexo, uma vez que, podem deslizar da linearidade entre cromossomos e genitália, e precisam pelo menos na cena médica, se adequar a um gênero a partir do suposto sexo verdadeiro. Isso permite que esses corpos se tornem sujeitos interpretados e anunciados. Nesse sentido, de acordo com Fausto-Sterling (2001), os signos definidos como atributos masculinos ou femininos estão misturados à experiência social do gênero. A adequação do sexo a partir do gênero vai ao encontro do conceito de hegemonia de Butler, que se alinha à perspectiva de poder de Michel Foucault. Para o autor, ao se tratar dos discursos sobre sexo há de se levar em conta às inúmeras estratégias de poder, que articulam uma série de elementos ditos e silenciados. Nesse sentido, Foucault entende o discurso como:

Uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre discurso admitido e discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado (FOUCAULT, 2014, p. 109).

A partir do conceito de poder de Foucault, entende-se que o poder constitui os sujeitos por coerção discursiva e não física – pelo menos em um primeiro momento. Os corpos poderiam ser narrados para além da “doutrina de interpelação” baseada nos órgãos genitais (BUTLER, 2008), tal como acontece nos povos Yorubás na Nigéria, em que os indivíduos são posicionados e narrados socialmente não pelo sexo, mas sim por sua idade. Nessas culturas, a sabedoria é condicionada pela idade e é essa relação que produz sistemas hierárquicos. O corpo importa tanto para as culturas eurocêntricas, quanto para os povos Yorubás, entretanto, em um modelo cultural, é o corpo sexuado que recebe atenção e no outro, é o corpo historicizado pelo tempo que produz identidades.

Nicholson (2000) percebe a formação das identidades na coexistência dos dados biológicos e dos fatores de personalidade e comportamento. Para a autora, o corpo não é a origem da diferenciação masculino/feminino, mas sim

o destino da distinção que atua nas sociedades. Nicholson (2000) defende que as populações humanas são variáveis e diferem dentro de si mesmas, não somente na forma de pensar ou agir, mas também na constituição física dos corpos. Dessa forma, não há uma constante biológica que emana características totalizantes, mas há formas quase que totalizantes de interpretação das distinções do que é ser masculino ou feminino nas sociedades ocidentais.

DO INCOMENSURÁVEL AO QUANTITATIVO

O sexo e o gênero operam a produção de um *corpo-homem*⁷ e um *corpo-mulher* (BENTO, 2006), bem como as expectativas de masculinidades e de feminilidades. Os trânsitos e as possibilidades do ser masculino e do ser feminino, a experiência da sexualidade e do gênero nos permite pensar um corpo situacional (LAQUEUR, 2001; BUTLER, 2008). Biologicamente, machos e fêmeas localizam-se nos pólos de um sistema que classifica indivíduos por meio de características anatômicas e de condutas comportamentais. Fausto-Sterling (2006) usa o exemplo dos corpos intersexuais, para afirmar que o aparato biológico apresenta variações setoriais.

Laqueur (2001), em sua abordagem histórica sobre a construção do sexo, nos permite percorrer a história do corpo sexuado desde os gregos (300 a.c), até a psicanálise freudiana. Para os antigos gregos, a gradação de calor marcava a perfeição de um corpo, e o gênero era o efeito da quantidade de calor de um indivíduo, pois sua ação fazia com que os órgãos sexuais saíssem do interior do corpo. Nesse sentido, o pênis representava o ápice. A mulher por possuir pouco calor (portanto imperfeita) mantinha seu pênis interno, bem como seus testículos e seu escroto. O modelo de isomorfia carnal ou de sexo único mantinha órgãos atualmente conhecidos como ovários e útero, como testículos e escroto femininos.

⁷ Os termos *corpo-homem* e *corpo-mulher* são trazidos por Berenice Bento e de maneira ampla, tratam dos corpos interpelados pela cultura a qual revela o sexo do corpo, tornando-o sexuado.

O conceito da mulher como um homem imperfeito rompeu os séculos, chegando praticamente intacto até meados do século XVIII, quando o pensamento científico substituiu o modelo de sexo único pelo de sexos separados. Há um forte indício, por meio da interpretação dos estudos de Laqueur (2001), que a invenção ou descoberta do clitóris entre o século XVI e XVII tensionou a mudança epistemológica para o modelo do sexo separado no final do século XVIII, muito embora, de acordo com o autor, não é possível pensar que somente uma estrutura do corpo, ou uma movimentação cultural, produziu um novo corpo com sexos separados. Uma série de mudanças na economia, no trabalho, nas relações políticas e religiosas e no saber médico e jurídico, fez com que cada uma delas produzisse uma pequena mudança no corpo, até que resultou em corpos com sexos diametralmente opostos. Essas práticas discursivas (economia, trabalho e religião) não produziam falas sobre os corpos apenas, mas sim uma dispersão discursiva capaz de se encontrar com outros campos correlatos como a medicina e as ciências psi, dessa maneira, nesses campos correlatos, houve a patologização do desejo feminino. O saber médico, segundo Foucault (2014), constituía um *corpus* de saber, capaz de instituir as regras e as formas de viver, que tornava os elementos do meio favorável ou prejudicial à saúde. O excesso ou a falta do desejo sexual constituía prejuízos ao coletivo. Nesse sentido, Foucault (2015) trata a sexualidade como uma condição discursiva constituída pelo saber e pelo poder:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 2015, p. 115).

Ainda para Foucault (2014), os médicos estavam em um lugar de poder capaz de regular a anatomia individual e o corpo social. A descoberta do clitóris, por exemplo, não retirou o discurso do isomorfismo carnal da Renascença. Laqueur (2001) sugere que esse fato se deu pela demanda política, mais especificamente:

[...] a representação anatômica masculina e feminina depende da política cultural de representação e ilusão, não da evidência sobre os órgãos, canais ou vasos sanguíneos. Nenhuma imagem, verbal ou visual, dos “fatos da diferença sexual” existe independentemente das alegações anteriores sobre o significado dessas distinções (LAQUEUR, 2001, p. 92).

O clitóris dentro da política cultural da Renascença começa a ser problematizado no final do século XVIII e meados do XIX, pelo contrassenso: se a mulher é um homem invertido, como ela poderia ter dois pênis um interno e outro externo? O isomorfismo sexual manteve-se até então articulando as noções de masculino e feminino, que estabelecia um sistema em que o sexo poderia ser variável, mas o gênero-desejo-prática sexual fixo e, obviamente, dependente do sexo situacional. Uma criança, por exemplo, poderia ser criada como menina, mas por meio de esforços físicos, excesso de calor ou desejo constante por sexo, poderia subitamente ter seu pênis, até então interno, exteriorizado. Tal movimentação no corpo é evidenciada quando Foucault (2014) comenta sobre o modelo Galênico do corpo, bem como, da relação entre desejo/prazer e o indizível do corpo:

Essa artimanha faz funcionar três elementos. Primeiramente, os órgãos, que são dados a todos os animais e servem para a fecundação. Em seguida, uma capacidade de prazer, que é extraordinária “e muito vívida”. E, finalmente, na alma, o desejo (*epithumia*) de se servir desses órgãos – desejo surpreendente (*arrheton*). O “sofisma” do sexo não reside, portanto, simplesmente numa disposição anatômica sutil e em mecanismos cuidadosamente ordenados: ele consiste também em sua associação com um prazer e um desejo, cuja força singular está “além das palavras” (FOUCAULT, 2014, p. 134)

Embora as movimentações do sexo no corpo fossem aceitas, o comportamento homossexual era violentamente combatido. Uma mulher não poderia ter relacionamento com outra a menos que fosse comprovado, pelo saber médico, que seu pênis se encontrava externo ao corpo, o que compulsoriamente a tornava um homem, pois havia sido encontrado seu verdadeiro sexo. Para Laqueur (2001), o que atualmente chamamos de sexo e gênero era articulado na Renascença num sistema de significação, no qual era impossível de escapar para um suposto substrato biológico determinista.

A correlação entre a base biológica e o êxtase sexual pode ter sido em algum momento do século XVIII, o divisor de águas para o modelo de sexos separados. Acreditava-se até então de acordo com Laqueur (2001), que o orgasmo era fator fundamental para a concepção, pois a produção de calor e os tremores do corpo faziam com que o sêmen (do homem e da mulher) saísse dos membros (*pansemia*) e fossem direcionados para o ventre da mulher onde seriam misturados. No momento em que o orgasmo deixa de estar presente nos informes médicos sobre concepção do século XVIII, há uma movimentação para a mudança do pensamento científico (LAQUEUR, 2001).

A percepção da não correlação entre orgasmo e fecundação tornou-se um aliado para a busca quantitativa e localizada da diferença. Havia a necessidade de produzir um *corpo-oposto ao corpo-homem*. As supostas descobertas das diferenças entre homens e mulheres, já vinham como nos termos de Laqueur, marcados por uma linguagem secular da representação do poder do gênero. Para Laqueur (2001), o sexo oposto surgiu a partir de uma mudança tanto epistemológica quanto política. Tais afirmações vão ao encontro das ideias da feminista de Joan Scott que percebe a matriz biológica como contingente dos signos das relações sociais. Para Scott (1995), as diferenças biológicas dos corpos sexuados são interpretadas e hierarquizadas na sociedade. O conhecimento científico do século XVIII pôs abaixo a cosmologia Galênica do modelo de uma só carne, na qual “a mulher é um homem ao avesso” (LAQUEUR, 2001). A criação de um corpo natural e sua sinonímia com o conceito de natureza foi capaz de retirar a perfeição baseada na quantidade de calor presente nos homens, entretanto, sacralizou o corpo feminino e o manteve refém de seus ciclos reprodutivos muito aquém do contrato social.

A DIFERENÇA É SUBCUTÂNEA

As rupturas nos estratos históricos e consequentemente a mudança da epistême da época, retirou o discurso da cosmologia no século XVIII, entretanto trouxe consigo a censura do sexo. Para Foucault (2015), o século XVII, marcou o início do “silenciar” o sexo, pelo menos, no nível da linguagem, pois, não falar sobre sexo foi uma estratégia de controle por um poder capaz de governar a vida: o *biopoder*. A censura autorizava somente alguns locutores e em algumas situações a falar do sexo e a ciência era um

locutor autorizado a romper o mutismo, e procurava materializar as interdições da linguagem transpondo-as ao corpo (FOUCAULT, 2015). Talvez seja essa a crítica de Foucault sobre a repressão do sexo, pois o fato de autorizar locutores, tal como a ciência, obrigava a falar do sexo, ou seja, apesar da interdição nunca houve o silêncio, pois, haviam aqueles que podiam dizer sobre o sexo e os que não podiam (os interditados). No entanto, por conta dessa estratégia de produção de lugares autorizados e sabedores legítimos, houve a criação de descontinuidades ou lacunas. A sexualidade estava nessa situação, inter-dita (entre os ditos), nas dobras do pensamento. Neste sentido, a ciência não censurou o discurso do sexo, mas sim regulou o dito e o inter-dito produzindo enunciações que no ocidente foram responsáveis pela criação da *scientias exualis* (FOUCAULT, 2015). Essa ciência, por meio da confissão, do inquérito sobre a prática sexual, produzia a verdade do sexo a qual orientava a formulação do discurso da própria *scientia sexualis*, que normatizava o corpo carnal pelo saber e o normalizava pelo poder moralizante. Nos termos de Foucault:

[...] Era uma ciência feita de esquivas já que, na incapacidade ou recusa em falar do próprio sexo, referia-se, sobretudo às suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas. Era, também, uma ciência essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas (FOUCAULT, 2015, p. 59).

O corpo torna-se objeto de significação da ciência numa construção sistemática do conhecimento, uma vez que, os inquéritos e confissões relatavam as sensações de prazer ou êxtase experimentadas no corpo. Nessas condições o *saber/poder* normatiza e normaliza corpos baseando-se em um modelo dicotômico e conseqüentemente hierárquico. Um homem normal se diferencia de uma mulher normal; um homem anormal (homossexual, por exemplo) tem desejos similares a uma mulher normal. Logo, as explicações estariam em uma fisiologia e anatomia antagônica que (re)significa o corpo. Nesse momento, o saber científico do século XVIII, misturado às noções de gênero, concentrou esforços para comprovar a diferença, olhando cada vez mais para dentro do corpo (OUDSHORNN, 1994).

O “lado de fora” do corpo não dava conta de explicar as nuances de corpos e identidades. O véu que cobria a verdade última do corpo-sexo era a

pele. Segundo Londa Schienbinger (1986), o desvelar orientou olhares da diferença para o esqueleto. Os primeiros desenhos datados de 1750 representam o crânio feminino menor, apontando para uma relação da capacidade intelectual menor. O peso do gênero lançou um olhar mais atento à pélvis feminina, mais larga, demonstrava assim, a essência do feminino que naturalmente estava mais apta para a moda e a maternidade. Um corpo “naturalmente” ou “pré-disposto para”, se moldou às demandas sociais. As ditas “leis naturais” impulsionaram os estudos científicos do século XIX.

O útero e os ovários (LAQUEUR, 2001), no século XIX, passam a ocupar uma posição de destaque da então chamada essência feminina. Tornando-se um sinônimo do feminino, a mulher é passiva da regulação útero-ovariana, refém da sua própria biologia. De acordo com Fabíola Rohden (2008), na segunda metade do século XIX, as articulações entre órgãos reprodutivos e a sexualidade feminina efervesciam no discurso médico e conseqüentemente se relacionavam com as definições do normal e do patológico. A mulher era o efeito dos seus ciclos reprodutivos, desde a puberdade até a menopausa (ROHDEN, 2008).

As desordens advindas dos órgãos reprodutivos perpassavam o corpo e se substancializavam na sociedade. Percebidos como alienação mental causada pela histeria e pela loucura puerperal (ROHDEN, 2008; LAQUEUR, 2001), nota-se a (re)significação do discurso da sexualidade do período aristotélico no século XIX. Ambos estão ligados à sanidade mental, porém em Aristóteles, o sexo (enquanto ato) era uma forma de aliviar o corpo do excesso de substância cerebral, portanto, um tratamento. Já no século XIX, o excesso de desejo nas mulheres era a própria patologia. Dessa forma, tanto no modelo de sexo único quanto no de sexos distintos, as movimentações culturais refletem na ciência, mais especificamente como Laqueur cita:

Em um mundo público predominantemente masculino, o modelo de sexo único apresentava o que já era muito evidente na cultura mais genérica: *o homem é a medida de todas as coisas*, e a mulher não existe como uma categoria distinta em termos ontológicos. Nem todos os homens são masculinos, potentes, dignos ou poderosos, e algumas mulheres ultrapassam alguns deles em cada uma dessas categorias. Porém o padrão do corpo humano e suas representações é o corpo masculino (LAQUEUR, 2001, p. 75)

Noutro momento, entre os séculos XVIII e XIX, a linguagem segundo Laqueur (2001), foi capaz de criar discursivamente dois sexos, dando-lhes nomes específicos. Testículos femininos passam a ser denominados ovários, e assim, sucessivamente, a linguagem cria nome após nome, construindo um novo sexo: o *sexo-oposto*.

Historicamente o corpo é classificado pelo seu “lado de fora”. No entanto, quando a epiderme não mais dá conta de contornar a diferença, nos damos conta, nos termos de Louro (2003), que há “corpos que escapam” desse sistema que classifica a partir da aparência. De forma clara, a autora afirma que:

Se é à aparência dos corpos que se está referindo, então, a verdade deve ser, provavelmente, a da natureza, ou melhor, a da biologia. Não é à toa que as discussões sobre gênero e sexualidade, embora pretendam aceitar a importância da cultura, acabem por se remeter, sempre, a uma “verdade” inexorável dos corpos. Ainda que comportamentos, códigos e normas culturais sejam reconhecidos, eles são considerados, de certa forma, como algo que se agrega, como algo que é “posto sobre” uma superfície preexistente (LOURO, 2003, p.2).

Ainda em Louro (2003), esses corpos que escapam são efeitos de disputas entre diferentes instâncias que buscam dizer o que é aquele corpo, como se comporta ou o que virá ser. A bio-ciência como uma dessas instâncias, coloca o corpo sexuado no discurso. Um discurso que somente ela tem as bases para produzi-lo ou para contestá-lo. Nesses termos, quando a percepção da diferença não é mais possível em níveis molares como a pele, os ossos e os órgãos, o olhar da ciência se direciona cada vez mais para o interior do corpo, o molecular.

OS DOMÍNIOS MOLECULARES DA DIFERENÇA

A ciência no século XVIII, criou condições que permitiram perceber que o útero não se movimentava a ponto de se aproximar do cérebro causando distúrbios. Nesse sentido, havia de se buscar o elo entre os órgãos reprodutivos e a mente. Tal fato ocorreu somente no final do século XIX. Os hormônios foram nomeados pela ciência, mais especificamente em 1º de junho 1889, pelo médico francês Charles Eduard Brown-Sequard, ao publicar em uma

importante revista científica da época os efeitos de auto-injeções com líquido testicular de cães e cobaias. Apesar do pouco interesse naquele momento pela comunidade científica, a organoterapia, nos anos seguintes, entrou fortemente na cena médica (FREEMAN et al., 2001).

Com o surgimento da endocrinologia, foi possível ligar os hormônios à genética, à fisiologia, à anatomia e à psique. Nesse momento, o corpo se torna hormonal e tudo nele é explicado pela falta ou pelo excesso de hormônios. A busca pela diferença entre gêneros no século XX se torna cada vez menos anatômica e se abre para um novo campo de articulações: um corpo agora bioquímico. De forma mais clara Rohden comenta que:

[...] até o século XIX era nítida a busca de um órgão que a explicasse e fundamentasse, já nas primeiras décadas do século XX o desafio era entender como as substâncias produzidas pelas gônadas operam o processo de diferenciação. Se antes o ovário poderia ser visto como centro condensador da feminilidade, assim como o testículo, da masculinidade, agora se tratava de descobrir o mecanismo de produção da feminilidade e da masculinidade. O paradigma bioquímico de causa e efeito determinava o que se deveria procurar e até onde as explicações deveriam chegar. Foi nesse contexto de busca pelas causas últimas dos fenômenos e de marcada relação entre gênero e sexo físico-corporal, substancializado em órgãos e agora em secreções internas, que se ‘descobriram’ os chamados hormônios sexuais (ROHDEN, 2008, p. 146).

Os chamados hormônios sexuais (estrogênio, testosterona e progesterona) agenciam dois grandes campos discursivos: a gestão dos gêneros e da sexualidade. Tratados por Celia Roberts (2007), como mensageiros do sexo, pela capacidade de levar a mensagens das gônadas para o cérebro, os hormônios participam da construção de cérebros masculinos, femininos ou mistos segundo as supostas comprovações científicas. Assim, é possível perceber que há pelo menos três sexos em um mesmo corpo: gonadal, genital e cerebral que estão alinhados pela norma heterossexista nos *corpos-homem* e *corpos-mulher*. Há que estar atento à ação do gênero aos hormônios.

A testosterona, por exemplo, é produzida em maior quantidade nos testículos, logo, está compulsoriamente ligada ao masculino e ao *corpo-homem*. Contudo, a testosterona seria só mais um hormônio, caso fosse tratada somente como hormônio do crescimento, responsável por estimular tecidos no

corpo-homem e no *corpo-mulher*. Para além do discurso do gênero, não há como interpretá-la, pois ela não traz a bagagem dos ideais de masculinidade, tais como a força física e a libido. Da mesma forma, a progesterona, que auxilia a manutenção da gestação no corpo da mulher, se liga diretamente à maternidade.

A partir de 1959 de acordo com Marianne Van denWijngaard (1991), houve um grande interesse por parte da ciência em avaliar os efeitos dos hormônios femininos em corpos masculinos e vice-versa. Desses estudos surgem posteriormente às teorias dos hormônios pré-natais ou a teoria organizacional. Wijngaard (1991), analisa ensaios laboratoriais que propiciaram a criação do comportamento sexual mediado por hormônios pré-natais. Para os cientistas da época, a ação de hormônios na fase intrauterina moldaria permanentemente (efeitos pós-natal) o cérebro, e, por conseguinte, o comportamento sexual dos bebês.

Os ensaios laboratoriais se baseavam na administração de hormônios andrógenos em fêmeas de cobaias, e na castração dos machos com o intuito de verificar o comportamento durante o acasalamento. Os cientistas concluíram que pela ação dos hormônios as fêmeas sob a ação da testosterona apresentavam o comportamento de monta – tido como natural nos machos. Os machos castrados arqueavam da parte traseira do corpo (lordose). Nesse momento, houve a naturalização do comportamento masculino e feminino, pois, as interpretações sociais do gênero foram acionadas para atribuir tais condições às cobaias uma vez que, os comportamentos de monta ou lordose de acordo com Wijngaard (1991), poderiam ocorrer em ambos os sexos rotineiramente e o ensaio da cópula poderia ocorrer de diversas combinações.

A teoria da organização do cérebro mediada por hormônios pré-natais espelhava fatos culturais. O cérebro se tornava masculino pela presença da testosterona, entretanto o estrogênio não produzia um cérebro feminino isso se dava pela ausência do hormônio andrógino causado pela castração dos machos. Somente a testosterona tinha o efeito organizador na fase embrionária. O discurso do feminino continua sendo a falta, desde a antiguidade pela falta de calor (LAQUEUR, 2001), a falta do pênis na psicanálise freudiana e no conhecimento científico do século XX pela falta de testosterona.

ALGUMAS REVERBERAÇÕES

A diferença entre homens e mulheres produziram dispersões discursivas em diversos campos como: o da medicina, da religião, da economia, o jurídico e tantos outros. Nesse estudo, buscamos conhecer o discurso das diferenças que enlaçavam as ciências biológicas, dado que, nesse campo discursivo, o corpo humano foi dissecado, categorizado e sexuado. Olhando cada vez mais para porções mais ínfimas, como se a verdade última do corpo estivesse em seu interior. Quando o lado de fora do corpo foi acusado de confundir os olhos de quem o observava, a biologia produziu um saber capaz de extrair a verdade de dentro do corpo. A verdade vinda do interior do corpo aparecia na ideia de essência do ser no Iluminismo, do *self* na psicanálise, na origem das doenças para a medicina e na alma nos discursos do cristianismo tal como, na pintura de Caravaggio (Figura 2) “A incredulidade de São Tomé” o protagonista desconfiado, franze a testa e se inclina introduzindo seu dedo indicador na ferida de Cristo que espantosamente não derramava sangue. A vontade de verdade que sustenta o ceticismo de São Tomé, deslegitima a verdade vinda do exterior do corpo. Dessa forma, olhar para dentro do corpo, através da ferida, atestou a veracidade da imortalidade de Cristo.

Figura 2 - A Incredulidade de São Tomé, por Caravaggio



As ciências, mais especificamente as ciências biológicas, produziram os meios e as técnicas para comprovar que esta verdade da diferença, advinda de vários discursos estava lá, no corpo. Nesse sentido, a biologia sistematizou a produção de verdades, ora olhando o esqueleto e os órgãos, ora as moléculas como os hormônios e o DNA. Tal noção da verdade no corpo, rompe os séculos, e chega à contemporaneidade, que nos remete a pergunta inicial: O que pode o DNA fora da célula? Podemos responder que o DNA sozinho nada é capaz, e se o tratarmos como informação pode-se dizer então, que a vida não é orgânica, a vida é informação, muito além do corpo. Se todas as células do nosso corpo possuem o mesmo DNA, mas ao se diferenciarem tornam-se especializadas, o que impossibilita, por exemplo, um neurônio de produzir hemoglobina, se faz necessário pensar, em quais grupos celulares estaria à informação que regula a sexualidade (masculinidade e feminilidade).

A questão nesse momento é: como o DNA consegue produzir não um corpo, mas um sujeito?

Um corpo com receptores para a testosterona no tecido epitelial, da região facial, poderá produzir pelos, no entanto, é a cultura que atribui a barba como condição masculina, que a liga diretamente ao *corpo-homem*. Como pensar o corpo uma superfície pré-existente a cultura? Nestes termos, concordamos com Louro (2013, p. 77), “os corpos são o que são na cultura”. Da mesma forma que o sorriso, o corpo que se torna sujeito não pode ser pensado de forma universal e pré-cultural, pois também se trata de um processo uno e de interação singular. Nos termos de Fausto-Sterling (2006), a investigação dos sistemas ontogênicos tem pouco ou nenhuma influência sobre pesquisas de um dos produtos do *sistema sexo/gênero*, a sexualidade humana. Para a autora isso se deve porque:

En primer lugar, tenemos que dejar de buscar causas universales del comportamiento sexual y la adquisición del género y aprender más sobre (y de) la diferencia individual. En segundo lugar, tenemos que esforzarnos en estudiar el sexo y el género como partes de un sistema ontogénico. En tercer lugar, tenemos

que ser más imaginativos y concretos en lo que respecta al término *entorno* (FAUSTO-STERLING, 2006, p. 294).

Investigar a origem biológica da diferença comportamental entre os sexos é pensar o corpo separado do ambiente, como em um tubo de ensaio. O que se produz de verdade tem efeito somente naquele espaço e naquelas condições. Dessa forma, percebemos a relação corpo-cultura como a relação órgão-corpo ou célula-tecido.

A materialidade do sexo está arraigada nas interpretações advindas do meio social. Tal mistura das concepções de natureza e cultura são capazes de produzir o sexo a partir do gênero. Esta condição está alinhada a concepção de sexualidade de Anne Fausto-Sterling (2001, p. 60) “a sexualidade é um fato somático criado por um efeito cultural”. Os sujeitos intersex são efeitos culturais corporificados da abjeção e da marginalidade do sexo, e os ideais de regulação produzem o corpo-sexobiologizável naturalizado na dimensão social. Foucault em seus apontamentos sobre a vida de HerculineBarbin, uma mulher hermafrodita do século XIX, evidencia a criação do monstro da abjeção pela ausência do verdadeiro sexo. A experiência de Herculine é descrita por Foucault:

Criada com uma moça pobre e digna de mérito, em um meio quase que exclusivamente feminino e profundamente religioso, HerculineBarbin, apelidada pelos que lhe eram próximos de Alexina, fora finalmente conhecida como um “verdadeiro” rapaz; obrigado a trocar de sexo legal, após um processo jurídico e uma modificação do seu estado civil, ele foi incapaz de se adaptar à sua nova identidade e acabou se suicidando (FOUCAULT, 1982, p. 4).

A partir do excerto do texto de Foucault, a respeito da condição de Herculine Barbin, é possível perceber que nas práticas discursivas, num primeiro olhar o sexo está em uma categoria biológica e com isso precisamente essencializadora, fixa e imutável. A partir de Laqueur, vislumbra-se que o sexo não é a origem, mas sim o efeito das práticas regulatórias. Assim sendo, o sexo bem como toda a sua bagagem biologizante são destinos e invenções do discurso.

Partindo do pressuposto que as populações humanas variam tanto em genótipos, quanto fenótipos, bem como nas formas de pensar e agir, inclusive dentro de um mesmo grupo, não há como se estabelecer uma norma do que é ser um homem padrão ou uma mulher de verdade. Se pensarmos pelo viés biológico uma mulher de verdade será aquela heterossexual, reprodutivamente viável, com um útero procriativo, instintivamente maternal e passiva. Talvez seja quase que impossível em um mesmo grupo encontrar exemplares com todas essas características unidas em um mesmo ser. Por consequência, todos são cópias deficitárias de um padrão utópico. Por fim, Foucault, nos causa mais uma inquietação que nos auxilia a encerrar esse artigo ao questionar: Por que precisamos de um verdadeiro sexo ou ainda de um sexo oposto?

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CRABBE, J.C.; BELKNAP, J.K.; BUCK, K. Genetic animal modelsofálcoholanddrug abuse. *Science*, n.264, p.1715-1723, 1994.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Cuerpos sexuados: la política de género y la construcción de la sexualidad*. Barcelona: Melusina, 2006.

_____. Anne. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, p. 9-79, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A história da Sexualidade II: A vontade de saber*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. *A história da Sexualidade III: O cuidado de si*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. O verdadeiro sexo. In: BARBIN, Herculine. *O diário de um hermafrodita*. Tradução de Irley Machado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

FREEMAN, E. R.; BLOOM, D. A.; MCGUIRRE, E. J. A brief history of testosterone. *The Journal of Urology*, v. 165, p. 371-373, Feb. 2001.

HAMER, D.; LEVAY, S. Evidence for a biological influence in male homosexuality. *Scientific American*, v. 270, p. 44-49, May 1994.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Corpos que escapam. *Labrys: estudos feministas*. Brasília, n. 4, ago./dez. 2003.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

OUDSHOORN, Nelly. *Beyond the natural body: an archeology of sex hormones*. London: Routledge, 1994

PLATÃO. *Banquete*. Tradução e notas José Cavalcante de Souza. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

ROBERTS, Celia. *Messengers of Sex: Hormones, biomedicine and feminism*. New York: Cambridge University Press, 2007.

ROHDEN, Fabíola. Império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciência, Saúde. Manguinhos*, v. 15, supl., p. 133-152, 2008.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos*. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 1975

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

WIJNGAARD, Marianne Van Den: The acceptance of scientific theories and images of masculinity and femininity: 1959-1985. *JournaloftheHistoryofBiology*, 24, 19-49. 1991.

Recebido em 24/05/2017
Aprovado em 07/10/2017